

1
2 O quadro acima apresentado somado a mobilização
3 pelo "impeachment" são fatores que nos levam a compreender a
4 desmobilização em torno da questão salarial.
5

6 A prática de "aumento" salariais parciais, seja
7 através de reajustes, correções de tabela, concessão de
8 gratificações, ganhos salariais através da via judicial
9 (Plano Bresser, Collor, FGTS, etc...) estabeleceram uma
10 falsa crença da manutenção do poder real dos salários quando
11 na verdade seu valor médio real durante o ano de 1992 esteve
12 abaixo do valor registrado quando da deflagração da greve de
13 1991.
14

15 Por outro lado a viabilização do impeachment
16 exigiu de toda sociedade um amplo engajamento, centralizando
17 nossas atenções durante todo o processo.
18

19 Agora a construção do governo Itamar não pode ser
20 argumento imobilizador. Não podemos cair no conto do "Pacto
21 da governabilidade" e assumir o ônus financeiro da política
22 recessiva e inflacionária.
23

24 Isto nos aponta a necessidade de elaborarmos um
25 plano de luta forte, mobilizador, para 1993, tendo como
26 objetivos estratégicos a nossa pauta de reivindicações. Tal
27 plano de lutas deve:
28

- 29 a) conter uma campanha emergencial;
30 b) conter a elaboração de um calendário das
31 etapas das ações que devem ter no horizonte uma greve do
32 setor.
33 c) ter como eixo uma política salarial que
34 mantenha o valor real dos salários.
35 d) a recuperação das perdas salariais históricas;
36 e) a construção de um piso salarial para os
37 docentes das I/ES.
38

39 Observa-se que na hipótese da greve esta deve ser
40 centrada na questão salarial.
41

42 A política neoliberal continua presente nos
43 planos deste novo governo. A reforma fiscal, o arrocho
44 salarial, a ausência de uma política salarial para os SPFs,
45 serão exemplos da prática neoliberal que o atual pretende
46 continuar colocando ao conjunto dos SPFs.
47
48
49

SETOR DAS FEDERAIS

O ANO DE 1992 E AS PERSPECTIVAS PARA 1993

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

A política neoliberal se fez presente no relacionamento entre o governo federal e os servidores públicos federais, dentre os quais, os docentes das IFES, durante o ano de 1992. A política de sucateamento e desvalorização dos serviços e servidores públicos caracterizou-se, dentre outras formas, pelo agravamento do arrocho salarial dos SPFs. Senão vejamos:

reajustes e sem a devida correção

O reajuste salarial na data base de 1992 foi pago em três parcelas estabelecendo uma prática do governo Collor, de reajustes parcelados e minguados. Este fato se repetiu em abril quando novamente o governo concedeu um novo reajuste em três parcelas. Aqui vale lembrar que estes "reajustes" sequer foram suficientes para repor as perdas salariais do período em que foram pagas as parcelas.

Após este período, vislumbrando-se uma perspectiva de mobilização por parte dos SPFs, o governo Collor estabeleceu de forma unilateral um projeto de isonomia salarial, com a anuência do Congresso Nacional que, concedeu a um presidente em processo de impeachment, poderes para estabelecer Leis Delegadas neste sentido.

A isonomia salarial que sob a ótica dos SPFs deveria dirimir as diferenças salariais entre os diversos segmentos, foi utilizado pelo governo de forma a privilegiar determinados segmentos, particularmente aqueles com maior poder de mobilização. Nesta perspectiva foram estabelecidas correções em tabelas salariais sem qualquer explicitação dos princípios que as nortearam e ainda mais grave, implantaram-se gratificações em percentuais diferenciados aplicados em momentos distintos, desfigurando qualquer hipótese de uma real isonomia.

E dentro deste quadro que assumiu o governo Itamar, revestido de sob uma nova roupagem, inclusive com interlocutores indetificados com o movimento sindical. Porém esta mudança de governo não produz mudanças nas relações governo x servidores, sendo que nada de concreto é realizado para modificar o quadro estabelecido pelo governo impedido.

Este fato se explicita claramente na data base dos SPFs quando, após um falso processo de negociação, governo novamente unilateralmente, estabelece um índice de reposição salarial muito aquém daquele necessário para recompor as perdas salariais de 1992.